



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

185

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0001951-30.2013.8.17.0000 (0297005-4)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

AGRAVADO: EDVALDO JORGE GONÇALVES ALBUQUERQUE E OUTROS

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEMOLIÇÃO DE IMÓVEIS SUPOSTAMENTE CONSTRUÍDOS EM VIA PÚBLICA. PROVAS INDICIÁRIAS DE QUE OS IMÓVEIS ESTÃO EDIFICADOS EM TERRENO PRIVADO. JUÍZO A QUO CONCEDEU MEDIDA LIMINAR PARA QUE O PODER PÚBLICO SUSPENDESSE A DEMOLIÇÃO ATÉ DECISÃO ULTERIOR, DETERMINANDO A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA JUDICIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, MANTENDO A MEDIDA LIMINAR PROFERIDA PELO JUÍZO A QUO.

1. O juízo a quo determinou que o município de Jaboatão dos Guararapes se abstenha de demolir os imóveis descritos na inicial, sob o fundamento de que há indícios nos autos de que estas residências foram edificadas sob terrenos particulares, e não sob terrenos públicos.

2. O município de Jaboatão dos Guararapes interpôs o presente agravo de instrumento alegando, em apertada síntese, que a administração pública é dotada do atributo de auto-executoriedade e, portanto, pode demolir os imóveis clandestinos construídos em via pública.

3. Analisando os autos, verifico cópia de uma sentença de reconhecimento de usucapião em favor de um dos moradores da comunidade. Verifico, ainda, não haver qualquer documento comprovativo de tratar-se de terreno público, o que corrobora o indício de que os imóveis foram construídos em terrenos particulares. Tratando-se de terrenos particulares não poderia a administração pública demolir os referidos imóveis sem prévio procedimento de desapropriação.

5. Consultando o sistema de processos deste Tribunal, verifico que o magistrado de primeiro grau, em 10 de maio de 2013, determinou a realização de perícia a ser feita por engenheiro, devidamente habilitado para o exercício da função, no prazo de 30 dias, visando esclarecer, de uma vez por todas, se os imóveis objetos da controvérsia em tela estão edificadas em via ou logradouro público, bem como outras questões essenciais ao deslinde da controvérsia em tela, para que o caso possa ser julgado com base num conhecimento pleno.

6. Dessa forma, impõe-se a negativa de seguimento do presente agravo de instrumento, com a devida manutenção da medida liminar proferida pelo magistrado de primeiro grau, até decisão final a ser proferida por ele.

7. À unanimidade de votos foi negado provimento ao presente agravo de instrumento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 297005-4, em que figura como agravante MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE e como agravados EDVALDO JORGE GONÇALVES ALBUQUERQUE E OUTROS,



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente agravo de instrumento, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife,

19/09/2013

  
Des. Antenor Cardoso Soares Junior  
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0001951-30.2013.8.17.0000 (0297005-4)



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior*

1

181  
*[assinatura]*

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0001951-30.2013.8.17.0000 (0297005-4)  
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES  
AGRAVADO: EDVALDO JORGE GONÇALVES ALBUQUERQUE E OUTROS  
RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

**RELATÓRIO**

Cuido de agravo de instrumento interposto pelo Município de Jaboatão dos Guararapes – PE contra decisão interlocutória proferida pelo MM Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Jaboatão dos Guararapes – PE que, nos autos da ação ordinária nº. 0000343-89.2013.8.17.0810, deferiu o pedido de medida liminar e determinou que o município de Jaboatão dos Guararapes se abstenha de demolir os imóveis descritos na inicial, sob o fundamento de que há indícios nos autos de que estas residências foram edificadas sob terrenos particulares, e não sob terrenos públicos.

Insatisfeito, o município de Jaboatão dos Guararapes interpôs o presente agravo de instrumento alegando, em apertada síntese, que a administração pública é dotada do atributo de auto-executoriedade e, portanto, pode demolir os imóveis clandestinos construídos em via pública. Ao final, requereu a concessão da tutela recursal liminar a fim de que sejam suspensos imediatamente os efeitos da decisão recorrida.

O substituto desta relatoria indeferiu o pedido de medida liminar formulado no agravo de instrumento (fl. 171). O membro do Ministério Público opinou pelo improvimento do presente recurso (fl.178).

É o essencial a relatar. Peço pauta.

Recife, \_\_\_\_ de agosto de 2013

*[assinatura]*  
Des. Antenor Soares Cardoso Júnior  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

N. 09 / 2  
186

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0001951-30.2013.8.17.0000 (0297005-4)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

AGRAVADO: EDVALDO JORGE GONÇALVES ALBUQUERQUE E OUTROS

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

**VOTO**

Na petição inicial ajuizada pelos autores consta a alegação de que os imóveis, objeto da pretensa demolição pelo município de Jaboatão dos Guararapes – PE foram edificadas sobre terrenos particulares.

Por outro lado, no instrumento recursal do Município de Jaboatão dos Guararapes – PE consta a alegação de que os imóveis foram edificadas sobre a via pública e sujeitos, portanto, à demolição.

Diante de indícios de que os terrenos realmente foram edificadas sobre terrenos particulares, o magistrado de primeiro grau concedeu a medida liminar requerida para suspender a demolição dos imóveis até decisão final.

Analisando os autos, verifico cópia de uma sentença de reconhecimento de usucapião em favor de um dos moradores da comunidade. Verifico, ainda, não haver qualquer documento comprovativo de tratar-se de terreno público, o que corrobora o indício de que os imóveis foram construídos em terrenos particulares. Tratando-se de terrenos particulares não poderia a administração pública demolir os referidos imóveis sem prévio procedimento de desapropriação.

Consultando o sistema de processos deste Tribunal, verifico que o magistrado de primeiro grau, em **10 de maio de 2013**, determinou a realização de perícia a ser feita por engenheiro, devidamente habilitado para o exercício da função, **no prazo de 30 dias**, visando esclarecer, de uma vez por todas, se os imóveis objetos da controvérsia em tela estão edificadas em via ou logradouro público, bem como outras questões essenciais ao deslinde da controvérsia em tela, para que o caso possa ser julgado com base num conhecimento pleno, exauriente.

Dessa forma, impõe-se a negativa de seguimento do presente agravo de instrumento, com a devida manutenção da medida liminar proferida pelo magistrado de primeiro grau, até decisão final a ser proferida por ele.

Em face de todo o exposto, **VOTO PELO NÃO PROVIMENTO** do presente agravo de instrumento, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos.

Recife, \_\_\_\_ de agosto de 2013

19/08/2013

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator